

PORTUGAL

democrático

REDAÇÃO: R. Conselheiro Crispiniano, 379 — sala 601 — Telefone: 35-5322 — SÃO PAULO

ANO I — N.º 9

SÃO PAULO, 25 DE MARÇO DE 1957

CR\$ 3,00

Leiam
Neste Numero:

O M.N.D. Perante o Momento Político; Opiniões Insuspeitas de João Sarmento Pimentel; Confraternização Democrática e um artigo de Kingsley Martia

OS DEMOCRATAS PORTUGUESES PERANTE A VISITA DA RAINHA DA GRÃ-BRETANHA

Damos hoje guarida a mais uma representação dirigida ao General Craveiro Lopes pela combativa oposição democrática no país. Tudo indica que também a esta representação Salazar ficará, surdo, como ficou às três anteriores.

Até quando?

Senhor Presidente da República

Excelência,

A suprema importância do objectivo que nos propomos, a qual deve colocar-nos muitíssimo acima de quaisquer sentimentos de susceptibilidade e de orgulho, persuade-nos da necessidade de uma diligência mais. Senhor Presidente, apesar de que ficaram sem resposta as suas três representações que precederam esta.

Esse objectivo a que nós visamos é o de achar um meio honroso e pacífico para fazermos sair a Nação da situação anómala

em que se encontram ambos, destituída de veracidade e sem sombra de lógica.

A letra da última Constituição promulgada, ou seja a do ano de 1933, garante a todos os cidadãos portugueses os direitos civis fundamentais; mas sabe Vossa Excelência tão bem como nós que as tristes realidades da nossa vida pública têm dado a esses direitos uma denegação completa; e tal ocorrência, que já vista à luz dos ditames morais aparece de todo inaceitável e bárbara, e-la actualmente incompatível de to-

do com os compromissos internacionais que o nosso Governo assumiu ao entrar para a Organização das Nações Unidas.

Com efeito, sabe-se que os princípios morais e políticos que a mesma Organização se propõe defender se exprimem numa Declaração dos Direitos do Homem, a cujo cumprimento se obrigou o Governo no proprio momento em que para lá entrou: por conseguinte, é um duplo atentado contra o direito expresso que o nosso Governo actualmente incorre, faltando ao cumprimento da Constituição Portuguesa e ao pacto internacional a que livremente aderiu; e esta carencia moral do Estado, se inferioriza o povo do nosso país em frente dos povos civilizados do mundo, não pode deixar de desprestigiar igualmente a propria Organização das Nações Unidas. Se tal desprestígio se der de facto, quizeramos que ao menos a nossa Pátria não tivesse nele responsabilidade alguma.

Ora, Senhor Presidente: acredita Vossa Excelência ser coisa possível a continuação indefinida de tanto artificio? Não será um dever que se nos impõe a todos — tanto a Vossa Excelência como ao Governo e ao Povo — o de buscar um meio cordato e honroso de passarmos a um regime de convivência política, de dignidade cívica, de paz civil verdadeira e enfim de veracidade para conosco e para com os outros?

A anunciada visita da Rainha da Inglaterra, leva-nos a um absurdo que é bem característico da confusão e da incoerência da nossa vida pública. Sabe-se que somos nós (os defensores da Democracia) os mais sinceros amigos da Grã-Bretanha; nós que admiramos nos cidadãos da Inglaterra a encarnação dos princípios de liberdade política, de governo do povo pelo proprio povo, que sempre adoptamos; nós os que solidarizaram com a Nação Britânica, os que a auxiliaram nas lutas, os que sempre desejaram a sua vitória final nas guerras com potências de félicção absolutistas; e enfim que eram homens de opinião democrata os portugueses que se alistaram voluntariamente para combaterem ao lado dos seus exercitos (alguns deles signatários da presente representação). Pois bem: que é que sucede? Que nos achamos impedidos de nos associar, como democratas, às homena-

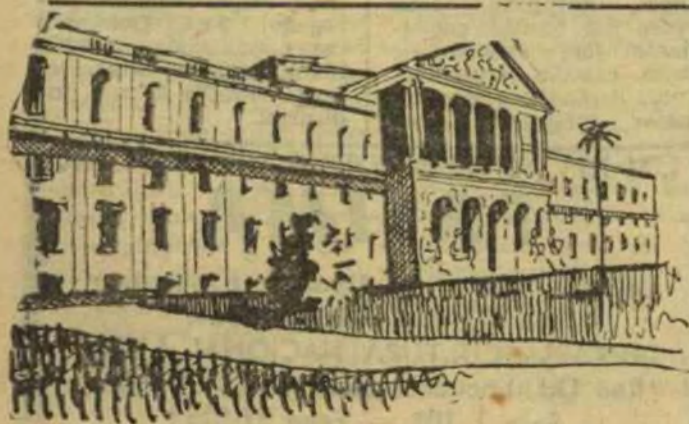
NÓS E "A VOZ"

A Imprensa de Salazar, que até agora fingira ignorar a nossa existência, deu finalmente sinal de si: A VOZ, de Lisboa, publica no seu numero de 26 de fevereiro, uma violenta diatribe contra "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" e a sua colaboradora sra. D. Maria Archer, a propósito da Carta Aberta que publicamos no nosso n.º 8.

Antes de passarmos à resposta que A VOZ merece, desejaríamos deixar aqui consignados dois protestos: o primeiro é contra a Censura portuguesa, que deixa analfabetos escrever para jornais. Insurgimo-nos vivamente contra esse organismo, que poderia, ao menos, tornar a sua ação um pouco util censurando os erros de gramática dos aprendizes de jornalista da nossa terra, e evitando que vejam a luz do dia expressões como "As suas colaborações cerraram-se-lhes, por isso as portas das publicações decentes" e outras perolas da mesma água. Estas coisas, aqui no Brasil, deixam-nos ficar mal colocados. Que os brasileiros guardem, ao menos, uma ilusão quanto à nossa imprensa: a da sua correção linguística.

O segundo protesto, igualmente serio, diz respeito à falta de galanteria dos monarquicos portugueses. Onde se viu um jornal monarquico, defensor estrenuo da Tradição, da Aristocracia de Maneiras, da Gentileza "privilegio dos Happy Few", atacar covardemente uma Senhora, que é, até agora, a nossa unica colaboradora, quando nas colunas do PORTUGAL DEMOCRÁTICO figuram tantos colaboradores que se sentiriam bem felizes por serem alvo dos seus ataques, para terem ocasião de malhar nas costas do anónimo articulista? E' certo que a escritora Maria Archer responderá ao escriba d'A VOZ, na parte que lhe compete, com a força polemica que todos lhe conhecem e que redimirá o sexo feminino. Nós, por nosso lado, não deixaremos fugir a oportunidade e faremos o possível por não lhe ficar atrás: A VOZ terá, assim, mais do que esperava.

(Conclui na 2.ª pagina)



O parlamento que não funciona...

O Que é o Recenseamento Eleitoral

Trabalha-se ativamente no nosso país, no momento atual, numa das tarefas de maior interesse para o futuro da democracia: a campanha em prol de um recenseamento eleitoral honesto.

Explicamos primeiro aos nossos compatriotas, longe do país há muitos anos, ou aos brasileiros que porventura nos leiam, em que consiste, e qual a necessidade de tal movimento. Pode parecer estranho, na verdade, para quem não siga de perto a dura realidade política nacional, que seja necessário empreender uma campanha de longo folego para levar os cidadãos a recensear-se, com vista ao proximo ato eleitoral. A esta estranheza não escapou o jornalista inglês Kingsley Martin, que recentemente visitou Portugal (publicamos o seu artigo na ultima pagina deste numero) e que sentiu a necessidade de explicar longamente aos seus compatriotas a situação em que se encontra o eleitorado português.

O panorama eleitoral no nosso país presentemente é o seguinte: o voto não é atribuido automaticamente, como em quase todas as nações, aos cidadãos que atinjam a maioridade. Em Portugal, para votar, o cidadão deverá fazer um requerimento, dirigido ao Presidente da Comissão Recensadora do seu bairro e pedindo a sua inscrição a titulo de:

- cidadão do sexo masculino, maior ou emancipado, com o fundamento de saber ler e escrever;
- cidadão do sexo masculino, maior ou emancipado, com o fundamento de ser contribuinte;
- cidadão do sexo masculino, maior ou emancipado, operario assalariado, com o fundamento de ser contribuinte, mas que não pode fazer prova pela apresentação do conhecimento, em virtude do imposto ser pago pelo patrão;
- cidadã do sexo feminino, maior ou emancipada, chefe de familia, com o fundamento de saber ler e escrever;
- cidadã do sexo feminino, maior ou emancipada, com o fundamento de ser contribuinte;
- cidadã do sexo feminino, maior ou emancipada, com o fundamento de possuir diploma de curso.

Em Portugal, portanto, o candidato a eleitor, além de ser maior, terá que provar, com documentos, que sabe ler e escrever, ou que paga impostos (e no caso de ser operario, é o patrão que deve provar este requisito) ou ainda, se for do sexo feminino, que é chefe de familia ou possui um curso. Todas estas exigencias discriminativas, acrescidas à falta de pratica da rotina democrática, natural num país onde já não se vota livremente há mais de trinta anos e, por outro lado, às eventuais sanções que é possível exercer por falta de sigilo de voto contra quem não votar a favor do candidato oficial, levam o eleitor a desinteressar-se do exercicio do seu direito. O voto hoje, em Portugal, é uma afirmação de fé nos destinos da Democracia e um ato de coragem.

Embora a paisagem politica portuguesa seja tão fluida que ainda não se sabe se a oposição poderá apresentar algum candidato ao proximo ato eleitoral, a realizar em novembro, a verdade é que se os democratas conseguirem a inscrição de grande numero de portugueses conscientes, haverá oportunidade de manifestar, por uma abstenção em massa, o repudio do país ao regime de Salazar. O recenseamento é, portanto, no momento presente, a tarefa primordial de todos os democratas portugueses.



POESIA SEM CARIMBO...

Leia na 7.ª pagina, uma pequena autologia de três poetas proibidos em Portugal

(Conclui na 2.ª pagina)

NÓS E "A VOZ"

(Conclusão da 1.ª pag.)

Não se pode dizer que estranhásemos o silêncio dos jornais do Estado Novo perante a ação de "Portugal Democrático". Calculávamos que a PIDE esperasse a nossa queda breve, vítimas dessa doença de jornais e revistas a que no Brasil se chama "o mal dos sete números". Acontece, porém, que já atingimos o número 9: compreende-se assim que a propaganda salazarista não tenha tido outro recurso senão dar ordem aos escribas para arremeterem contra nós. E que melhor veículo podia o Estado Novo escolher para essa tarefa do que "A Voz" (sucedeana de "A Época" (forçada a certa altura a mudar de pele) o pobre órgão monárquico que só tem conseguido manter-se graças a sucessivas injeções de créditos oficiais?

Para os nossos leitores que vivem fora de Portugal, vale a pena contar alguma coisa sobre essa folha, tanto mais que o caso de A VOZ é dos mais típicos, como ilustração do fenómeno da "imprensa vendida e abandonada". Morto o Conselheiro Fernando de Souza, a folheta deixou de ter razão de existir: em Lisboa não era vendida pelos jornaleiros, ninguém a encontrava nas bancas, mesmo nas do centro. Conservava apenas umas poucas centenas de assinantes (talvez "Portugal Democrático", na sua enorme modestia, tenha mais...) perdidos pela província. Alguns conhecemos nós, pacíficos velhinhos, que assinavam A VOZ e a liam, no Inverno beirão, lá naquelas remotas aldeias onde o comboio não chega, de pés ao sol e um cobertor pelas costas, lançando de vez em quando um olhar saudoso ao retrato do Senhor Dom Miguel.

Não eram porém estes espécimes da mais pura reação que poderiam manter o jornal. Havia que ligá-lo a alguma coisa mais sólida, do ponto de vista económico. A VOZ passou então a inserir com notável regularidade violentos ataques a tudo quanto no nosso país representa um espírito liberal e progressivo. Entretanto, um pormenor despertou a atenção dos visados: tais ataques eram singularmente bem informados e, pelos detalhes, via-se que a sua fonte só poderia ser a rede de informações da Polícia Política de Salazar. Soube-se mais tarde que a ligação entre a PIDE e A VOZ começou por ser estabelecida por um miserável que acumulava (infelizmente o caso não é raro na imprensa portuguesa de hoje) os lugares de agente da primeira e redator da segunda. Este triste indivíduo teve depois a recompensa que o seu esforço merecia, passando, noutro jornal de maior porte, a fazer a secção A CIDADE, os "chiens ecrasés" da nossa grande imprensa. Hoje, ao que sabemos, tem quatro empregos, o que está perfeitamente dentro da lógica das coisas. Este caso, que conhecemos em pormenor, com nomes e datas — embora nem tudo se saiba, há muita patifaria conhecida — já constitui uma amostra do tipo de jornal que é A VOZ.

Desde então, especializou-se a folha abjecta na publicação das mais baixas, das mais vis injúrias contra os democratas, não

só portugueses como de todo o mundo. Não nos espanta, pois, que a acometida contra nós tenha principiado por aí. Isso, afinal, só vem provar-nos que estamos no bom caminho: através da colera de A VOZ, da baba que escorre de seus insultos, é a Polícia Política de Salazar que vemos, escumando, impotente para atingirmos. Não será esse o melhor incentivo para todos quantos trabalham no "Portugal Democrático"?

As ameaças e as insinuações, que o jornaleco julga maquiavélicas, quanto às atividades políticas que podem levantar dificuldades ou embaraços ao país que nos acolhe como exilados políticos" serão recebidas, estamos certos, com boas gargalhadas pelos nossos amigos brasileiros. Sempre pensamos que A VOZ tivesse, pelo menos, um pouco de sentido de ridículo para evitar cair em provocações desse tipo. Deve notar-se aliás, que a comparação que o jornal pretende fazer, para nosso desdouro, entre a situação dos emigrados brasileiros em Portugal e a dos portugueses que se encontram no Brasil, peca, além do mais, por uma completa ausência de sentido das realidades e por uma despidorada falta de verdade. Em primeiro lugar, os brasileiros estiveram em Portugal num regime de ditadura e este, mesmo que pretendessem não lhes permitir manifestar-se livremente. Ora a situação no Brasil de hoje, felizmente para nós, é totalmente diversa. Por outro lado, não é verdade que os brasileiros exilados em Portugal se mantivessem todos inactivos. Testemunha-o, por exemplo, Paulo Duarte que no seu livro "Frisão, exílio, luta" escreve: "Combati a ditadura de Vargas onde estive: na França, em Portugal, na Espanha, na Argentina, e nos Estados Unidos". Testemunha-o, igualmente, a recente atividade do deputado da UDN Carlos Lacerda que, saído do Brasil após o golpe de novembro, desenvolveu sempre intensíssimo trabalho político no nosso país, bem evidente nos artigos que escrevia para o jornal que dirige. O que A VOZ não diz é que a ditadura salazarista teve sempre duas medidas para aferir a acção dos emigrados políticos que escolheram o nosso país como lugar de asilo. No caso de Paulo Duarte, como o interesse do Estado Novo português era proteger seu homónimo brasileiro, Salazar tudo fazia para impedir o exilado de se manifestar: "O Portugal de Salazar — escreve este no livro em referência — me recebeu com a maior má vontade, má vontade aliás que todo o mundo oficial português alimenta pelos brasileiros, principalmente os contrários à ditadura". De qualquer forma, a situação como se vê é muito diferente daquela que o órgão da PIDE apresenta no intuito de nos intimidar.

Cabe notar aqui, de resto, que embora o número de exilados políticos portugueses no estrangeiro não seja tão pequeno como A VOZ quer fazer crer, a verdade é que se a Polícia Política concedesse

passaportes a todos os interessados esse numero seria bem maior. Muitas pessoas encontram-se virtualmente presas no nosso país, por a PIDE lhes recusar o visto de saída. A Polícia leva por vezes a arbitrariedade ao ponto de — como aconteceu, por exemplo, ao conhecido intelectual Dr. António José Saraiva — conceder um passaporte cuja validade nega, dias depois, quando o interessado se apresenta na fronteira para sair do país!

Quando ao nosso patriotismo, que A VOZ pretende atingir, basta ler "Portugal Democrático" para verificar que felizmente temos desse sentimento uma concepção bem diferente da dos redactores da folheta ignóbil. A razão primordial da publicação de "Portugal Democrático" consiste precisamente na necessidade de defender o nome do nosso país, que o Estado Novo tem conspurcado. Estão aí nove números publicados: desafiamos quem quer que seja a descobrir neles um artigo, uma linha, uma palavra que atentem contra os superiores, os verdadeiros, os autênticos interesses nacionais. Sabemos contudo distinguir esses interesses das mistificações que a propaganda salazarista trombeta aos quatro ventos. No editorial a que A VOZ se refere, sobre os debates na ONU quanto às províncias ultramarinas portuguesas e, por extensão, quanto à entrada de Portugal nas Nações Unidas, está bem patente o nosso cuidado de como diz um panfletário brasileiro, "não fazer ao país a injúria de confundir-lo com o governo". É essa também — como não podia deixar de ser — a posição dos signatários do documento que neste numero publicamos, entregue ao Presidente da República no mês passado, a propósito da visita da Rainha Isabel. Esse documento que, como era de esperar, a Censura portuguesa não deixou publicar, vai mesmo mais longe e afirma, com o que estamos totalmente de acordo, que ao entrar para a ONU, sem modificar a sua estrutura interna, o governo de Salazar, que já espezinhará a Constituição que ele próprio promulgou, passou a atentar também contra o pacto internacional a que livremente aderiu.

Mas o que mais fere os senhores da rua Antonio Maria Cardoso e o seu porta-voz da Rua da Misericórdia, é que tenhamos conseguido realizar dentro de certa medida, com toda a modestia de meios que as nossas pobres finanças permitem (as nossas contas estão abertas a todos; poderá A VOZ fazer outro tanto?), aquela unidade das forças democráticas que é o pesadelo da noite fascista portuguesa. "Portugal Democrático" em nove numeros publicou artigos, documentos, textos políticos de alta importância, de todos os setores políticos anti-salazaristas, cuja inserção em jornais portugueses a censura não permitiria. Pelas suas colunas passaram nomes dos mais diferentes pontos do horizonte político nacional, tanto dos que comem o pão do exílio como daqueles que não quiseram, ou que o fascismo não deixou

sair do país; todos eles são nomes que bem prestigiaríamos A VOZ se, por impossível, se baixassem a colaborar em tal pasquim.

Presentemente, o nosso jornalzinho, de aspecto gráfico tão pobre, é a única tribuna onde os democratas portugueses podem exprimir-se livremente. Contra ele, não valem as manobras de intimidação que obtiveram êxito junto de outros de espírito mais fraco. Não valem também os processos de compra do silêncio tão do agrado dos salazaristas e já largamente experimentados

em outros casos, como o do jornal sulgo que após receber 500.000 escudos entregues pelo Engenheiro Pereira Jardim suspendeu as suas campanhas anti-salazaristas ou como o órgão de língua portuguesa, publicado em New Bedford, comprado por intermédio de Teotónio Pereira. Este é um jornal de gente modesta, mas de mãos limpas, que entre outros objectivos pretende justamente redimir a dignidade da imprensa portuguesa, tão maltratada pelos trinta anos de pequenas patifarias, de sortidos golpes baixos, em que os escribas de A VOZ adquiriram triste notoriedade.

Os Democratas Portugueses Perante a Visita da Rainha..

(Conclusão da 1.ª pag.)

gens que a Soberana vão ser prestadas! Não pode haver em Portugal um agrupamento democratico, uma "Causa Republicana!"

Ocorre-nos invocar este actualissimo caso na esperança de que por ele será levado o Governo a meditar na absurdez da situação presente; no entanto, seja assim ou não seja, fica-se percebendo porque se aproveitou este lance para submeter a apreciação do Chefe do Estado um problema que será necessario resolver um dia, e que nós desejamos que não venha a impor-se em condições dolorosas ou catastróficas. Se tal suceder, não será decerto por culpa nossa.

A BEM DA NAÇÃO

aa) — Antonio Sérgio de Souza, escritor; Mario de Azevedo Gomes, prof. catedrático Jubilado da Universidade Técnica; Manuel Duarte, proprietario; Carlos Olavo, advogado; Barbosa de Magalhães, advogado; Tito Augusto de Moraes, vice-almirante; José Moreira de Campos capitão-tenente reformado; Nuno Rodrigues dos Santos, advogado; Fernando da Fonseca, médico; José Mendes Cabeçadas Junior, vice-almirante reformado; Carlos Ernesto de Sá Cardoso, engenheiro civil; Vasco da Gama Fernandes, advogado; Alberto Ferreira, advogado; Arnaldo Candido Veiga Pires, médico; Armando Adão e Silva, advogado; Antonio Macedo, advogado; Teofilo Carvalho dos Santos, advogado; Eurico Ferreira, advogado; Gustavo Soromenho, advogado; Agostinho de Sá Vieira, advogado; Herminio Paclencia, médico; Alvaro Monteiro, advogado; Eduardo Ralha, advogado; Manuel Cardoso Pessoa, médico; Fernando de Azeredo Antas, médico; José Domingues dos Santos, advogado; Fernando Lopes, advogado; João Pedro dos Santos, comerciante; José Joaquim de Brito, capitão reformado; Lucio de Campos Martins, major reformado; José

Magalhães Godinho, advogado; Luiz Moltinho de Almeida, proprietario; Mario Garcia da Silva, médico; Luiz Hernani Dias Amado, médico; Arcanjo de Almeida Teixeira, coronel reformado; João da Silva, escultor; Artur Saraiva Castilho, eng. agrônomo; Antonio Veloso Pinho, médico; Artur de Oliveira Valença, jornalista; Carlos Cal Brandão, advogado; Manuel de Souza Dias, advogado; Olivio França, advogado; João Correia Guimarães, médico; Manoel Cal Brandão, advogado; Luiz Veiga, advogado; Antonio Luiz Gomes, Doutor em Direito; Aquilino Ribeiro, escritor; M. de Oliveira Junior, industrial; Antonio José da Silva Junior, médico; Alexandre Esteves de Oliveira, advogado; Julio Semedo, médico veterinario; Guilherme Branco, advogado; Artur Santos Silva, advogado; Francisco José Cardoso Junior, professor e publicista; José de Magalhães, médico; Camara Reys, professor; Francisco Pulido Valente, médico; José Alves da Cruz Ferreira, advogado; Acacio de Gouveia, advogado; Fernando Mayer Garção, advogado; Manuel Sanchez de Deus Brito Moreno, inspector escolar; Americo Amorim Leitão, comerciante; Armando Juvenal dos Santos Melo, industrial; Tomas da Fonseca, publicista; Ricardo Rosa y Alberty, inspector escolar; João Pedro de Andrade, escritor; João Carlos da Costa, capitão de mar e guerra; Manuel Sertório Marques da Silva, advogado; Duarte Furtado Castanheira Lobo, advogado; José Carlos Abelha, empregado no comercio; Virgilio Marques, secretario da Liga dos Direitos do Homem; Alberto Jordão Marques da Costa, advogado; Manuel Julio Carrusa, advogado; Julio Filipe de Almeida, advogado; Augusto Fazenda, advogado; João Passos Valente, advogado; José Domingos Lopes, publicista; J. Silva Nobre, médico; Francisco José Carvalho Afonso, industrial.

UM LIVRO QUE TODOS DEVEM LER

FATIMA

«Historia de um Grande Embuste»
De TOMAZ DA FONSECA
LIVRARIA CULTURA NACIONAL LTDA.
Rua Quintino Bocaiuva, 71 - 11.º andar
Sala 1.101 — Fone 32-5223

Os moralistas que por aí alardeiam um patriotismo derrancado pelo fanatismo, pela ignorância, pela estupidez, e cuja subserviência ao Estado Novo encobre sempre a vaidade-bronca da comenda ou esperança de a ganhar, espumaram de raiva quando, invocando insuspeitas (tão insuspeitas que as colhemos no relatório do último Congresso da União Nacional e outras fontes donde emana a linha totalitária), pusemos ao alcance dos nossos patrícios o miolo daquela felicidade que o povo português auferiu em trinta anos de ditadura.

Não nos pesa a consciência de termos assim, nem em qualquer ocasião, tentado denegrir os reais valores da Grel, suas virtudes, missão histórica, civilizadora e cristã de antanho, ou apoucar o papel saliente que pertence a Portugal no concerto do mundo do futuro. Mas também não cometemos a injustiça clamorosa de confundir valores, tradições do povo português, italiano, russo, espanhol, argentino, com a tirania, a crueldade, a peptotencia, a imoralidade, a megolomaria, o egocentrismo dum Hitler; dum Stalin, dum Franco, dum Peron, dum Salazar, dum Mussolini.

Eles passaram e não-de passar ainda, graças a Deus e ao Diabo que os leve como a página triste, incompreensível, absurda, da história gloriosa de suas nações que continuam ou continuarão a manter o nível alto do culto pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana, quando findo o pesadelo da noite escura que os colocou no Governo. Só pelo dever cívico e patriótico de não silenciar ante a colossal mentira que Salazar urdiu e seus colaboradores escoram, tida como a verdade salvadora por virtude duma censura inquisitorial que se estende a todos os veículos da informação pública ou particular, desde a imprensa, radio, correios, telegrafos, livros e com uma propaganda intensa, caríssima, sistemática, no país e no estrangeiro, é que nos vemos obrigados a esclarecer estes portugueses ausentes, não com argumentos e deduções da nossa lavra, mas recorrendo a pólvora inglesa do paiol oficial que pega fogo mal a PIDE se perca.

Evidentemente que no dia em que o salazarismo suprimir a censura, não temos necessidade de vir a público fora de fronteiras para provarmos que o governo da metropole anda a fludar a bon-fé dos seus concidadãos, pois os jornais e os outros meios de publicidade esclarecerão a opinião pública e ela terá então força bastante para escolher aqueles que devem ser os seus representantes e condutores do Estado. Ali colaboraremos sem receio de sermos violentados e sem o risco de, como hoje acontece, suspensões, multas, apreensão, cortes do original composto, e tantas outras artimanhas e prepotências que levam a ruína, a cadeia, ao exílio.

Afirmámos anteriormente para os ricos se recrearem, e que Portugal não é o Jordão só que a terra, favorecida pela na-



OPINIÕES INSUSPEITAS

por JOÃO SARMENTO PIMENTEL

tureza em mimos e belezas de paisagens, não constitui e exprime a nacionalidade e sua independência, mas muito mais, e acima do espaço possuído, os habitantes, suas leis, costumes, história, direitos.

Se o lar não é apenas a casa e o elo e sim a família constituída com suas tradições, moral, haveres, crenças, a Pátria também não está apenas na porção de terra limitada por tantos quilómetros quadrados, monumentos, obras publicas.

A população e sua biotopologia, religião e linguajar, a grande família chamada o povo, com suas elites e as instituições pelas quaes se rege, é que lhe dão o cunho de diferenciação dos países vizinhos, tantas vezes os limites deixam de ser naturais para se estabelecerem por tratados e ajustes internacionais.

Partindo dessa justa e verdadeira concepção da nacionalidade, o governante, quando autentico delegado do povo, cuida acima de tudo o mais, das regalias que tragam o bem estar moral, político, económico dos seus concidadãos, defendendo a sua saúde, zelando pela paz concórdia e fraternidade dessa grande família, procurando que ela seja respeitada, considerada, estimada pelas outras e diversas famílias que constituem a humanidade inteira.

Do povo, pouco ou nada cuidou o ditador Salazar nestes 30 anos de governo rico, eivado, como está, da mentalidade do senhor feudal, dono de todos nós como se fôrmos seus servos e ele o conde herdeiro e por direito divino.

E assim é que o nível de vida da população rural e operária urbana, não foi acrescido, antes se vê diminuído o poder aquisitivo, desde aquele que é infimo e mequinho na pobre classe média até ao aldeão, que no artesanato e na jorna se enquadram na escala do infortúnio e duma miséria degradantes.

Já aqui registámos a percentagem que dos lucros o capital destina ao salário, muito inferior ao dos países europeus que andaram a arruinar-se na última guerra. Invocamos para tal fim, numeros fornecidos por aquele eloquente relatório do Congresso da União Nacional.

Hoje voltamo-nos para a lastimável legião dos pequenos proprietários rurais, e é do inquerito do Instituto Nacional de Estatística que repigamos o sugestivo panorama que se observa em 1953-1954, só agora publicado.

Diz o inquerito: "Existiam (1953-1954), em Portugal Continental, 201.162 explorações

agrícolas possuidoras de terra arável. Pode estimar-se que 6.593 destas explorações dispõem de 1.997.305 hectares, isto é, 50,18% de toda a terra arável, enquanto que as restantes 794.569 apenas correspondem 1.992.767 hectares, isto é, 49,82%. Considerando a totalidade das explorações agrícolas, calcula-se facilmente que a sua superfície média é de 4,967 hectares. Mas se separarmos as explorações com áreas de 50 hectares, ou maiores, a superfície média das restantes (794.569) fica reduzida a 2,43 hectares - a metade! Esta redução que ocorre a superfície média das explorações que dispõem de menos de 50 hectares é principalmente devida ao predomínio das propriedades muito pequenas, com menos de 3 hectares disponíveis.

Com efeito, para estas, que são 494.251, a média é apenas de 1,07 hectares - um hectare!

ao passo que as 6.593 explorações maiores corresponde uma superfície média de 303 hectares; 285 vezes mais.

Mas explorações agrícolas com 1 hectare são ainda uma riqueza, pois há 400.469 proprietários rurais que dispõem apenas de 1.6.870 hectares, isto é, menos de meio hectare (0,44) em média!

Em resumo: 50% dos nossos proprietários agrícolas (de Portugal) - quase meio milhão - não são apenas pobres na estreita acepção da palavra. Tem de passar uma vida miserável, se não dispuserem de outros recursos além dos agrícolas.

Por muito má que seja a situação dos 6.593 grandes proprietários portugueses, tal situação não tem paralelo com a desses 400.000 servos da gleba (Vide estas conclusões da "Gazeta das Aldeias", numero 2339 de 16 11-1956)".

E os pária que não têm eira nem beira, nem ramo de figueira?

Ah! esses milhões de coitados, quanto a terra, só usufruirão, por empréstimo provisorio no cemiterio, ou sete palmos que lhes não-de consumir a pele e os ossos. Mas neles não fala o "Inquerito as Explorações do Continente", nem o ditador deus conta que existem e são portugueses, aliás muitos, irmãos dos

hoje burgueres apatacados que por aí alardeiam um patriotismo derrancado pelo fanatismo, pela ignorância, pela estupidez e por um egoísmo inconsciente, prestando culto ao deus Mamom da Iniquidade e seu representante em Portugal.

Que faz o Governo de Salazar para atenuar esta tremenda desigualdade, e suprimir os latifúndios por expropriação de utilidade pública, feita pelo Estado, dividindo essas grandes áreas pelos deserdados, melhorando-as e auxiliando em sistema cooperativista, a exploração e a venda do produto?

Não é que o problema fosse ignorado e deixasse de ser estudado no período da Republica, pois há 35 anos fomos ao Governo com Ezequiel de Campos e logo apreentámos ao Parlamento a lei da Rega e Divisão das Terras, que acabaria com a injustiça e privilégio dos latifúndios, e daria a milhares de habitantes do campo a possibilidade de serem proprietários médios e viverem desafogadamente do grangeio de suas leiras.

Mas essa política social e humanitaria faria ruir em seus alicerces o esqueleto do monstro, equilibrado pelas poderosas arriostas que são os argentarios insaciáveis, numa das faces, os terratenentes, pela outra.

LIVROS BRASILEIROS EDITADOS EM PORTUGAL

Nos últimos anos verifica-se que a actividade editorial portuguesa procura insistentemente o livro brasileiro. Epigrafa da "Livros do Brasil" existe em Lisboa uma livraria editora, prospera e luxuosa, propriedade exclusiva de portugueses, que se dedica, somente, á importação e edição de livros brasileiros. Publicou em primeira mão alguns dos últimos livros de Gilberto Freyre e tem apresentado em Lisboa varios dos melhores nomes das letras brasileiras, em edições feitas em Portugal, com ortografia portuguesa.

Aparece agora outra editorial de Lisboa, a conceituada casa "Minerva", editora de grandes escritores portugueses, a reproduzir, nos seus prelos, os famosos exitos editoriais do Brasil. "Obras poeticas", de Manuel Bandeira, um grosso volume com a sua obra completa, e "Ciranda de Pedra", o ultimo

romance de Ligia Teles Fagundes, chegaram a São Paulo há pouco tempo.

Sobre o genio de Manuel Bandeira tudo está dito; sobre Ligia Fagundes Teles vai-se erguendo a aureola triunfal.

As edições são excelentes de aspecto gráfico empregam a ortografia portuguesa e de certo modo adaptaram a linguagem ao publico português, sem todavia a alterarem fundamentalmente.

É possível que os escritores brasileiros releguem á suposta insuficiência de literatura portuguesa atual da chamada que lhes fazem os editores de Lisboa. Todavia a verdadeira causa desta situação de privilegio, que é hoje a da literatura brasileira em Portugal reside no fato de se verificar que a censura portuguesa respeita um tanto os livros brasileiros e a

policia não os apreende com a frequência que é norma com os portugueses.

As editoras portuguesas recorrem ativamente ao livro brasileiro, não por menosprezo ao livro português, mas para se abrigarem dos grandes prejuizos que lhes causam as apreensões de livros, e outras punições, como seja o fechamento da firma em castigo de ter publicado livro de contos de Maria Archer.

ta insuficiencia da literatura "Ciranda de Pedra", por exemplo, apesar das suas excepcionais qualidades literárias, não seria to'erado pela censura e a policia politica, em Portugal, se o assinasse qualquer escritora do nosso País.

Confraternização...

Conclusão da 4.a pag. permitam levar a cabo a sua elevada e imparcial missão.

IV - SOBRE AS CONCLUSÕES DESTA ASSEMBLEIA

Propomos:
1.º - Que seja elaborada desde já uma representação ao srs. Presidente da Republica, contendo todas as resoluções tomadas nesta Assembleia e reclamando garantias para o livre exercicio da ação legal que iremos levar a efeito.

2.º - Que esta Assembleia afirme solenemente o seu proposito de realizar uma larga e leal unidade de acção dos democratas de todo o País, opondo-se sempre e em todas as circunstancias a tudo o que possa ser motivo de divergencias e pugnando por que a campanha de porra sobre o signo das grandes diretrizes comuns á Oposição Democratica.

APELO DE ANISTIA

Ao encerrarmos esta edição chega-nos a seguinte noticia que transcrevemos do "Diario de Coimbra", de 17 de fevereiro ultimo:

"Uma comissão de senhoras dirigiu aos deputados á Assembleia Nacional um apelo em que, lembrando a ocasião festiva da visita da Rainha Isabel ao nosso País, solicita o apoio ao pedido de anistia para todos os presos políticos, há meses entregue ao presidente daquela instituição e assinado por cerca de oito mil pessoas, entre elas o sr. arcebispo de Aveiro.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Director-responsavel:
Otávio Martins de Moura
Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o "Portugal Democratico" com verdade e independencia. Não dispõe de qualquer subsidio. Sua vida depende de todos os democratas, fundamentalmente brasileiros e portugueses, que desejam vigorê em Portugal um regime verdadeiramente democratico. A forma mais imediata de o ajudar, consiste em subscrever uma contribuição mensal, alem duma assinatura anual.

Assin. anual	30,00
Assin. especial	100,00
Numero avulso	3,00

Campanha Para Eleições Livres em Portugal

Damos neste numero publicação à integra de dois documentos, hoje circulando em Portugal, relativos à luta pela fiscalização democratica das proximas eleições

CONFRATERNIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

Proposta apresentada e aprovada por aclamação num almoço de confraternização democratica em Lisboa

Iniciaram-se no dia 2 de Janeiro as operações do Recenseamento Eleitoral que, desta vez, se revestem de particular interesse, visto terem lugar no proximo ano as eleições para deputados, e, no ano seguinte, a eleição presidencial. Nas atuais condições politicas, sociais e economicas do país, as proximas eleições irão assumir, certamente, grande importancia. Se todos os demokratas portugueses, cuja posição perante os grandes problemas nacionais corresponde — estamos certos — aos sentimentos e aspirações do povo, foram capazes de se unir e de interpretar com sinceridade e firmeza esses anseios — pode antever-se que vai ser dado um passo decisivo na luta pela democratização do País.

E', pois, chegada a hora de se iniciar uma vasta campanha em prol do recenseamento. E' esse o PRIMEIRO PASSO a darmos para que o Povo Portugues possa lançar-se entusiasticamente na luta pela eleição de deputados que efectivamente o representem. Tendo em atenção estas considerações, e pensando que está aqui reunida, uma verdadeira Assembleia de Representantes da Oposição Democratica de todo o País, temos a honra de submeter-vos as seguintes propostas:

I — SOBRE ORGANIZAÇÃO

1.º — Que os demokratas aqui presentes procedam imediatamente às diligencias necessarias para a criação de Comissões Eleitorais em todas as cidades, vilas e aldeias do País;

2.º — Que estas Comissões se organizem na base das Comissões Democraticas que promoveram as Comemorações do "5 DE OUTUBRO", refundindo-as e alargando-as de modo a poderem cumprir as novas tarefas;

3.º — Que as Comissões sejam o mais largamente representativas, reunindo os esforços dos demokratas de todas as convicções politicas, republicanos ou monarchicos opositoristas, independentes e até mesmo cidadãos que, embora tenham colaborado com o "Estado Novo", se encontram hoje em opposição à politica salazarista;

4.º — Que as Comissões representem todos os sectores profissionais e sociais, que se compoñam de intelectuais, comerciantes, industriais e lavradores, operários, camponeses e estudantes, não esquecendo ainda a presença de representantes da população feminina, cujas aspirações se têm manifestado tão legitimamente;

5.º — Que todas as Comissões Distritais provenientes destas organizações designem delegados a uma Comissão Eleitoral de toda a Oposição, em escala nacional, com o objectivo de coordenar os seus esforços e representar junto das entidades e organismos oficiais reivindicações de todas as Comissões.

Julgamos ser de justiça e de alto interesse nacional que se-

jam considerados desde já membros de honra dessa Comissão os Demokratas a seguir mencionados, esperando que estas Assembleias e as futuras Comissões Distritais sugiram à inclusão de outros cidadãos:

General Ferreira Martins, Almirantes Tito de Moraes, Mendes Cabeçadas, Quintão Meireles, Sousa Dias, Afonso Cerqueira, Coronéis Alvaro Pope, Vitorino Guimarães, Vitorino Godinho, Pires Monteiro, Comandantes Aragão e Melo, Moreira de Campos, Major Santa Clara da Cunha, Brigadeiro Ribeiro da Fonseca, Capitães Henrique Galvão, Cordêiro, Augusto Casimiro, Professores Mario de Azevedo Gomes, Vieira de Almeida, Rodrigues Lapa, Ferreira de Macedo, Peres de Carvalho, Brinquinho de Oliveira, Henrique de Barros, Pulido Valente, Fernando da Fonseca, Dias Amado, Camara Reis, Barbosa de Magalhães, Lobo Vilela, Jacinto Simões, Pereira de Carvalho, Carvalho Duarte, Dr. Rolão Preto, Dra. Maria Isabel de Aboim Inglês, Dra. Cesina Bermudes, D. Maria Lamas, D. Maria Clemen-

A COMISSÃO PROMOTORA DE VOTO

A Comissão Promotora de Voto, que, no ano de 1953, durante o periodo que antecedeu o acto eleitoral de Novembro, como durante o proprio periodo eleitoral, desenvolveu actividade reconhecida pelas autoridades como inteiramente legitima, suspendeu em seguida os seus trabalhos por menos oportunos.

Agora, ao contrario, perante situação identica, tendo em vista as eleições de Novembro proximo entende a Comissão que é dever seu voltar ao contacto com os poderes constituídos e com o publico de modo a proseguir na sua tarefa de duplo caracter: junto do Poder, procurará garantir, desde a lei ao seu cumprimento e ao processo com que ela se materializa, o maximo respeito pela largueza e genuinidade dos sufrágios, ou seja a pratica de "eleições livres", tal como ficou inscrita entre os direitos civicos internacionalmente reconhecidos, aos quais deu a adesão expressa o nosso país: junto do corpo eleitoral fará a propaganda, de caracter educativo que leve os cidadãos à compreensão de que é seu dever integrarem-se na função de eleitores, interessando-se pelos varios passos inerentes a esta função, desde o recenseamento até à respectiva verificação e até, finalmente, à presença nas urnas.

tina Carneiro de Moura, D. Irene Lisboa, D. Lília da Fonseca, D. Alice Maia Magalhães, Escritores Ferreira de Castro, João de Barros, Aquilino Ribeiro, Manuel Mendes, Alves Redol, Castro Soromenho, Antonio Sergio, Antonio José Saraiva, Alexandre Cabral, Carlos Selvagem Assis Esperança, Roberto Nobre, Julião Quintinha, Artur Inês, Drs. Alfredo Gulsado, Fernando Namora, Carlos Olavo, Ramada Curto, Adão e Silva, Fernando Mayer Garção, Heliodoro Caldeira, Constantino Fernandes, Castanheira Lobo, Nuno Rodrigues dos Santos, Manuel João da Palma Carlos, Mario de Castro, Acacio Gouveia, José Magalhães Godinho, Gustavo Soromenho, Avelino Cunhal, Sá Vieira, Fernando Abranches Ferrão, Pinto Gonçalves, Sertório Marques da Silva, José Morgado, Ramos da Costa, Pedro Pita, Engos. Cunha Leal, Sá Cardoso, Antonio Areosa Feio, Guilherme Rubim, Antonio Abreu, Caldeira Rodrigues, Argo. Keil do Amaral, Srs. Manuel Duarte, Albertino Macedo, João Pedro dos Santos, Alberto Dias, Arnaldo

Está a Comissão convencionada de que trabalhará para o bem comum desenvolvendo esforços em ambos os sentidos desta tarefa tanto mais que antevê como muito provavel que todas as correntes de opinião — coma, aliás, convem — não-de-querer manifestar-se no acto eleitoral em questão.

Dentro do seu programa estão a apresentação como um primeiro passo, dum projecto de reforma eleitoral que não pode deixar de merecer pela seriedade do estudo em que se baseia a atenção das autoridades a quem há-de dirigir-se.

De momento, e para já tudo quanto cumpre é dar conhecimento oficial deste renovo de actividade da Comissão Promotora de Voto e isto se faz aqui, confiando em que, tal como sucedeu sempre nas diligencias passadas, nenhum estorvo seja apostado pela Censura à publicação deste e dos futuros documentos.

(aa) Antonio Sergio, Mario de Azevedo Gomes, Manuel Duarte, Luiz Alvaro Moitinho de Almeida, João Pedro dos Santos, Teofilo Carvalho dos Santos, Carlos Ernesto de Sá Cardoso, Agostinho Sá Vieira, Gustavo Soromenho, Armando

Costanheira, José Marques dos Santos, Antonio Gonçalves, Antonio Louro, Antonio Lemelino, Drs. Teofilo Carvalho dos Santos, Armando Diogo, Antonio Luis Gomes, Eduardo dos Santos Silva, José Domingues dos Santos, Coronel Heider Ribeiro, Dr. Veiga Pires, Dr. Antonio Macedo, Professor Ruy Luis Gomes, Dr. Antonio Ramos de Almeida, Arqs. Artur Andrade, Lobão Vital, Manuel Guedes Pinheiro, Enga. Virginia Moura, Engo. Mem Verdial, Drs. Olivio Franca, Mario Cal Brandão, Eduardo Ralha, Armando Bacelar, Alfredo de Magalhães, Luis Veiga, Nazaré Patacão Soares, Ilse Lusa, Professor Cardoso Junior, Dr. Armindo Graça, Dr. Antonio José de Sousa Pereira, Professor Rodrigo de Abreu, Dr. Ribeiro da Silva, Manuel Ferreira Capa, Major Miguel Ferreira, Drs. Antonio de Oliveira Braga, Francisco Torres, Fernando Correia Simões, Victor de Sá, Francisco Pinto Rodrigues, Mariano Felgueiras, Lino Lima, José Alberto Rodrigues, Costa Gomes, Manuel das Neves, Costa e Melo, Julio Calixto, Virgilio Pereira da Silva, Alcides Strocht Monteiro, Manuel Andrade, José Rodrigues, Mario Sacramento, Carlos Pereira, Oliveira e Silva, Arala Chaves, José Neves, Capitão Joaquim Santana, Dra. Lopes de Oliveira, Renato de Figueiredo, Francisco Rendeiro, Alberto Vidal, João Sarabando, Manuel dos Santos Ferreira, Manuel Reis Pedreiras, Joaquim Baptista, Dr. José Carinha, Manuel Verissimo, Alvaro Seica Neves, D. Alice Vidal Coelho de Magalhães, Papeniano Carlos, Drs. Lucio de Almeida, Fernando Lopes, Ferreira da Costa, Alberto Vilaça, João Ribeiro, Professor Joaquim de Carvalho, Tenente Coronel Alcide de Oliveira, Henrique Barreto, Dr. Emilio de Matos, Dr. Gaspar de Lemos, Afonso Duarte, José Ribeiro, Escritor Miguel Torga, Dr. Francisco Ribas de Sousa, Dr. Fernando Mouga, Dr. Flausino Torres, Professor Cesar de Anjo, Escritor Tomaz da Fonseca, Drs. Cesar Anjo, Alvaro Monteiro, João Versus, João Gomes, João Garrido, Vasco da Gama Fernandes, José Henrique Vareda, Custodio Maldonado Freitas, Drs. Serafim Lopes Pereira, Alberto Ferreira, Asdrubal de Aguiar, Eduardo de Figueiredo, Ginestal Machado, Eurico Ferreira, Hermínio Paciencia, Humberto Lopes, José de Oliveira Reis, Angelo Tamagnini, Antonio Antunes da Silva, João de Matos, Arnaldo Tristão, Manuel dos Santos Cabanas, Carlos Al-

berto de Oliveira, Drs. Henrique Barbetos, Brun Ferreira, Manuel Antunes, Querubino Martins, José Regio, Floriando Madeira, Coronel Valez Caropo, Drs. Jose Afonso dos Santos, Luis Pinto Garcia, João Rondosinho, Virgilio Godinho, Antonio Manuel Pascoal, Alberto Marques Jordão, Vaz Natário, Felpe Santos, Henrique Silva, Manuel Carusca, José Luis Conceição e Silva, Alexandre Melo Borges, Belchior Alves Pereira, Antonio Carvalho Monteiro, Sebastião da Encarnação Junior, João de Melo Garrido, Dr. João da Silva Nobre, Dr. João Passos Valente, Dr. Julio de Almeida Carrapato, Engenheiro Costa Mendes, Dr. Manuel Campos Lima, Francisco Entrudo, Dr. João Vasco Gracías, Joaquim Farracha e Dr. Rita da Palma.

II — SOBRE ACTUAÇÃO

Propomos:

1.º — Que todas as Comissões Eleitorais iniciem imediatamente uma activa campanha pré-recenseamento: abrindo postos de recenseamento; elaborando e difundindo folhetos de informação e propaganda; fazendo participar a população eleitoral nas reclamações que surjam no decorrer da campanha; requerendo desde já autorização para a realização de sessões publicas esclarecedoras dos problemas e finalidades do recenseamento, bem como do significado das proximas eleições;

2.º — Que todas as Comissões se dirijam ao nosso jornal "REPUBLICA" procurando o concurso de todos que ele seja hoje o elemento galvanizador da campanha eleitoral, sugerindo que se inicie desde já uma intensa publicação de artigos e entrevistas acerca do recenseamento e das proximas eleições;

Que se procure igualmente o concurso dos outros jornais e orgãos de imprensa regional na divulgação da nossa actuação.

III — SOBRE A COMISSÃO PROMOTORA DO VOTO

Considerando que continua em funcionamento e com actividade agora renovada, a Comissão Promotora do Voto, organismo de alto interesse para assegurar a seriedade dos actos eleitorais, constituída por Demokratas dos mais prestigiosos do País — e que a si mesmo se impuzeram a condição de não tomarem parte na campanha eleitoral da Oposição — temos a honra de propor:

1.º — Que esta Assembleia saude na pessoa do senhor Professor Antonio Sergio todos os membros da Comissão Promotora do Voto, manifestando o nosso reconhecimento pelos altos serviços que a Comissão prestou e continua a prestar no sentido da dignificação dos actos eleitorais;

2.º — Que todas as Comissões Eleitorais agora criadas se dirijam a essa Comissão, no decorrer da campanha, fornecendo-lhe elementos de informação que

O MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRATICO PERANTE O MOMENTO POLITICO

Em pretendermos fazer uma análise, mesmo sucinta, da situação política, é possível e útil salientar os seus aspectos fundamentais. Parece-nos que será o suficiente para delinear com clareza a linha de ação a seguir.

A evolução da política internacional sobretudo desde a ultima grande guerra, condicionou profundamente e continua a refletir-se na própria evolução do regime a que o País tem estado submetido.

Ao desmascaramento das ideologias anti-democráticas, a derrocada final dos regimes que foram seus expoentes máximos — graças a união das forças democráticas e anti-fascistas do mundo inteiro e á custa de sacrificios de milhões de vidas — correspondeu no nosso país um recuo das posições de força do chamado "E. Novo", ao mesmo tempo que se fizeram sentir abertamente os sentimentos e as aspirações do Povo Português, numa ancia renovada de independência, liberdade e progresso. E' o periodo em que, do lado do regime, se começa a reconhecer a falencia da politica dos celebres "safanões a tempo" e que "não pode governar-se contra a vontade de um povo". E' o periodo em que, do lado da Oposição, se assiste a grandiosas manifestações do Movimento de Unidade Democrática, verdadeiro porta voz do interesse nacional e dos direitos de um Povo que, desde os principios da sua história, sempre lutou pela sua liberdade e independência. A apresentação da Candidatura do General Norton de Matos foi, logo a seguir, um novo e vigoroso impulso nesse sentido.

Os anos que se seguiram, em todo o mundo, como no nosso país, foram caracterizados por esforços desesperados das forças da reação. Aos anseios de Liberdade, Paz, Independência e Progresso — que foram a motivação dos Povos, capaz de os fazer suportar a terrível hecatombe para a construção dum mundo melhor, sucede uma paragem, um obscurecimento; que a reação em toda a parte procura desenvolver e aproveitar, para de novo consolidar as suas posições, onde quer que elas não hajam sido completamente desbaratadas. E' o periodo em que, por todo o mundo, se sofre os efeitos paralizadores da "guerra-fria", em que as grandes potencias vitoriosas em vez de se manterem no caminho da segurança coletiva e do respeito pelo principio das negociações pacificas, são atiradas para a desconfiança reciproca e para o rearmamento. As manobras dos agentes da reação, os interesses egoistas e inconfessados de varios grupos, as tentativas de solução unilateral e pela força dos graves problemas pendentes, levaram os povos a passos rápidos para uma situação de tal modo perigosa que só um maior esclarecimento das massas populares do mundo moder-

no, e a consciencia perfeita dos efeitos que teria para a Humanidade o prosseguimento duma tal politica — acabaram por fazer recuar.

Este periodo, apesar das tentativas recerres da reação no sentido de o fazer prolongar, tambem no nosso país se fez sentir. Em primeiro lugar, logo após o movimento democrático em torno da candidatura de Norton de Matos, o Governo e as forças repressivas fizeram tudo quanto puderam para quebrar a frente unida dos democratas; calunias, intrigas, insultos, perseguições, por um lado; por outro lado, tentativas de confundir a opinião publica procurando desviar a sua atenção do problema fundamental do País — a reconquista da Democracia. Em segundo lugar, o regime aproveitou a desagregação e a paralisação do movimento da Oposição para reforçar ainda os fundamentos anti-democráticos da Lei vigente que se revelaram incapazes de impedir a manifestação cívica do povo português: primeiro foi a modificação política; mais tarde, perante o agravamento da crise economica, perante o descontentamento crescente dos setores populacionais ligados ao comércio, industria e lavoura, assiste-se ao "ensaio" de instauração das Corporações como cupula miraculosa dum edificio cujos próprios alicerces já estão apodrecidos, mas cujo objetivo inconfessado é ainda a repressão, a repressão no campo economico, a tentativa de impedir que os interessados procurem resolver os seus problemas livremente e de acordo com os seus proprios interesses, cada vez mais opostos aos do regime; finalmente anuncia-se ainda o propósito de acabar com o sufrágio universal.

Mas não esqueçamos que, em larga medida foi o comportamento da Oposição que tornou possível estas tentativas de reconstrução de um regime historicamente condenado: é que, apesar da perseverança de muitos democratas de boa vontade e consciencia esclarecida — assistiu-se á divisão, á dispersão, á desconfiança paralisadora, entre os diversos setores da Oposição. Esta foi, realmente, a grave situação em que se encontrou o Povo português, privado duma organização capaz de enquadrar e de levar á victoria as suas aspirações iniludíveis.

Cometeram-se erros sérios do lado da Oposição e pelo que toca ao M.N.D., apesar da sua razão de origem dar um amplo movimento legal de Unidade democrática — estamos hoje em condições de reconhecer que teve nela pesadas responsabilidades. Frente a uma repressão que se mostrava dia a dia mais violenta e que vinha obscurecer as perspectivas da ação legal para muitos elementos da Oposição — o M.N.D. julgou erradamente terminada a possibilidade de entendimento com vários democratas, tu-

ja evolução de pensamento e concepções de atuação politica se mostravam mais radicalmente opostos aos processos de atuação que até esse momento haviam sido comuns a toda a Oposição.

A situação se revelou tal como já enunciamos! as grandiosas manifestações que por todo o país se ergueram — constituem um autentico termometro do calor que se está aposando das massas democráticas e do Povo em geral. Elas vieram demonstrar, acima de tudo, a vitalidade latente dos democratas portugueses. Apesar da ausencia ainda de um movimento de Unidade organizada da Oposição, que fosse capaz de enquadrar a expressão da força democrática, por todo o lado se manifesta a mesma vontade; por todo o País e pelas mais variadas formas, duma maneira iniludível — os democratas se pronunciaram no sentido de acabar com divergencias, e de se lançarem desde já os alicerces duma Oposição Organizada; todos mais do que nunca conscientes de que só a Unidade nos levará a victoria.

O M.N.D. chama a atenção de todos os democratas para os objetivos proclamados na recente representação do Presidente da Republica; pensamos que eles são efetivamente os objetivos fundamentais comuns a toda a Oposição Democrática, e em torno dos quais se fará a sua Unidade: a) — uma ampla anistia politica b) — o exato cumprimento da Constituição pelo que ás liberdades essenciais se refere e nomeadamente as expressões do pensamento e de reunião c) — a revogação consequente do regime de censura e das disposições relativas ao funcionamento de associação e das mesmas impeditivas; d) — a revogação consequente das medidas contra a segurança dos cidadãos; e) — e, em contrapartida, a autorização legal para o livre curso das iniciativas, crederas, responsáveis e de elevado cunho patriótico, que se proponham o estudo dos problemas nacionais e a apresentação publica das respectivas soluções.

Estamos em vésperas de um periodo de recenseamento eleitoral que precederá as próximas eleições legislativas. Esses acontecimentos poderão vir a traduzir-se num grandioso passo em frente pela conquista da Democracia. Não podemos deixar de prestar homenagem as palavras justas pronunciadas a este respeito pelo Prof. Mario de Azevedo Gomes, na ultima sessão publica do Centro Antonio José de Almeida:

"Acontecimentos importantes se avizinham que nos fazem sentir o ressurgimento de um poderoso movimento de ação cívica, ao qual todos nós, democratas, iremos certamente dar o nosso concurso.

O M.N.D. exorta todos os seus aderentes no sentido de corresponderem, desde já, a

Conclui na pag. seguinte



A Gestapo de Salazar Assassina Mais um Opositor ao Seu Regime Fascista

Acabo de receber o jornal "Republica", de Lisboa, n. de 21 de fevereiro numa de cujas ultimas paginas, bem escondido, como que para fugir aos olhos dos esbirros da Censura, se lê esta escalariante noticia: "Os Mortos — Porto, 20 — Falleceu, nesta cidade, na rua do Heroismo, 329, após quinze dias de doloroso sofrimento, o sr. Joaquim Lemos de Oliveira (Repias), de 48 anos, grande democrata de Fafe. Deixa viúva a sra. D. Izaura da Silva, que tem recebido condolencias de muitos pontos do país, e orfãos quatro filhos. O extinto era conhecido e estimado pelo povo republicano de Fafe, pois que, desde novo, nada negava aos ideais democraticos, e assim foi até ao sacrificio supremo. Foi um trabalhador serissimo, verdadeiro homem de bem, coerente na vida e na morte. O seu fim inesperado e tragico lançou a maior tristeza no coração de todos e a resolução firme de nunca esquecer a sua memoria".

Aos olhos dos leitores do Brasil e até de Portugal, que não sabem o que é o n. 329 da rua do Heroismo, na cidade do Porto, esta noticia do "Republica" nada tem de particular. Mas, para nós e para todos aqueles que sabem que no enorme e sinistro casarão pintado a vermelho, daquele numero, tendo ao lado direito o cemiterio do Prado do Repouso, e á esquerda a Garagem Austin, funciona o matadouro humano da Polícia Internacional e Defesa do Estado (a negregada PIDE), a noticia do jornal "Republica" é de uma tragica eloquencia.

Esse casarão apalaçado da rua do Heroismo, comunicando com o cemiterio por uma porta das traseiras, tem algumas dependencias subterraneas (dois metros abaixo do nível da rua) as quais servem de celas, e mais dois pavimentos. Numa parte do primeiro, funciona a secção onde se aprova ou desaprova a emigração, especialmente dos cidadãos fichados pela PIDE. Na outra parte, há as salas de martirio, uma das quais com 4m,5 de pé direito e em telha vã, onde os esbirros da Inquisição de Salazar-Cerejeira costumam amarrar os presos politicos pelas pernas e deixá-los dependurados de cabeça para baixo, algumas horas. Ah, muitos perdem os sentidos. Tive occasião de ali ver, quando já esteve preso meu pai, um enorme fole, utilizado para soprar ar aos torturados. Ao lado, existe um tanque cheio de água, onde os carrascos da Gestapo salazariana mergulham a cabeça das suas vitimas, quando estas não recuperam imediatamente os sentidos. Isto, no primeiro pa-

vimento do prédio. No segundo, existem as salas do chete dos carrascos e seus subordinados os arquivos de processos e uma antiga capela interna, que por muito tempo serviu para que os antigos donos do palacete descarregassem seus pecados diante dos santos de madeira já amontoados, e hoje é arquivo dos livros e jornais roubados nos presos na costureira italiana dos assaltos de improviso efetuados nos carcereiros. Ao lado, há uma velha garagem, e nos fundos um terreno de cerca de 15 metros de profundidade, onde, com o trabalho forçado e não remunerado dos presos politicos, foi construido uma casa para os guardas e outras celas de morte.

Eis um resumo topografico, do prédio n. 329 da rua do Heroismo, em Campanhã, Porto. Mas, porque morreu o lutador anti-fascista Joaquim Lemos de Oliveira? Esta pergunta acudirá certamente, á mente dos que nunca sentiram na propria carne os golpes de cavalo-marinho dos esbirros da Gestapo ou Inquisição do Salazar. Eu, que aos 13 anos de idade entrei, pela primeira vez, naquele antro sinistro, com lagrimas nos olhos, indagando onde parava meu pai, e que, movido pela imprudencia de criança, penetrei em alguns daqueles aposentos salpicados de sangue, e de lá sai correndo sob um golpe dado por um dos carrascos ás ordens do tenente Adelino Soares, então chefe dos esbirros em serviço no Porto, senti calafrios ao ler cartas de amigos, recém-recebidas de Portugal, confirmando e ampliando a noticia tragica aparecida no jornal "Republica" de Lisboa.

De conformidade com as informações contidas naquelas cartas, Joaquim Lemos de Oliveira, acusado de propaganda contra o Estado Corporativo (designação do regime fascista português), fôra preso e conduzido á "Casa da Morte", na rua do Heroismo, n. 329, e ali submetido ás mais terríveis torturas infligidas aos que não rezam pela Cartilha do Estado Novo ou fascista. Depois de penosos interrogatorios, que se prolongaram por varios dias, foi Joaquim Lemos de Oliveira sujeito, por sete dias e sete noites, consecutivamente, ao suplicio da "estatua". Consiste este em ficar numa sala, de pé, sem poder realizar o menor movimento, nem poder dormir, pois potentissima lampada acesa diante de seus olhos o impede. Se estojar o menor gesto ou cair ao chão, é chicoteado pelo carrasco de sentinela permanente a seu lado com rendição de duas em duas horas. Foi este suplicio inquitivo.

Conclui na pag. seguinte

TERRAS ONDE SE FALA PORTUGUÊS

Lembro-me, quando ainda estudante de liceu, em Lisboa, de um professor de português que nos compelia, mais ou menos energicamente, a comprar um *Roteiro do Mundo Português*, de uma tal Maria Archer. Só a palavra "Roteiro" nos cheirava a crônica medieval, a dificuldades analíticas, a grafia coalhada de adjacências espinhosas e consequentes complicações escolares.

Desconfiados, abrimos as primeiras páginas. Resistindo aqui e alem, lentamente, subrepticamente, fomos cedendo a nossa hostilidade. Havia arquipélagos a descobrir, as primeiras paisagens de um mundo novo, os primeiros portugueses fixando-se nas ilhas atlânticas. Mais alem, povos estranhos, de costumes ainda mais estranhos. Recorde ainda com um sentimento de atropalhão, a leitura coletiva de um funeral africano. Os negros seguiam um cerimonial completamente ridículo aos nossos olhos de meninos europeus. As risadas afogadas entre os dedos, estouraram de repente quando se verificou que o defunto, sentado numa cadeirinha, era assim lançado à terra. Não sei que adolescente pretensão de vistas largas, me impediu de associar-me à hilariedade geral. Mas, quando mais à frente, Maria Archer contou que os parentes e amigos do defunto, encheram-no de pedradas, como última despedida, a minha gargalhada explodiu, solitária e obtusa no meio da sala. O professor suspendeu a leitura, e comentou para a classe:

— Este Armando é um tipo esquisito. Não achou graça nem ao defunto sentado. Mas quando os negros lançam pedras sobre o cadáver, da mesma forma como nós lançamos terra sobre o caixão de um parente, fica todo divertido.

Vermelhusco e afogueado, fuzilado pela chacota da classe, fui incapaz de explicar que era precisamente nessa semelhança que eu achava graça...

Vim a conhecer pessoalmente Maria Archer, mais tarde, no Brasil, onde ambos, por motivos diversos mas igualmente devidos à ditadura salazarista, fomos coagidos a exilar-nos.

É o Brasil um estranho país para a sensibilidade lusitana. Quando, por diversas vezes, cruzei as fronteiras de minha patria, ora fui obrigado a exprimir-me em castelhano, ora em frances. Em qualquer dos casos, numa lingua diferente, e difícil de articular. Mas, quando ao fim de 9 dias de viagem, depois de atravessar todo um oceano aportei a terras estrangeiras, aché no mesmo tempo estranho e familiar o português creoulo, a minha



A ESCRITORA Maria Archer lingua natal falada pelo povo bom de Salvador. Ganha-se nesse primeiro encontro, a subita dimensão da aventura marítima de nosso povo. Vem depois a preocupação pelo linguajar, pelos modismos da fala, pelas tradições transformadas em que reconhecemos toda a nossa herança cultural. Tenho, sobre a minha mesa,

um exemplar recém saído do prelo, de "Terras onde se fala Português", de Maria Archer. Folheio com prazer. É a aventura, a historia maravilhosa da lusitanidade. A historia de 80 milhões de seres, espalhados em quatro dos cinco cantos do mundo, por vezes ignorando-se uns aos outros, em todo o caso unidos pela mesma lingua, pela ancestralidade portuguesa marcando o sangue e uma cultura brasileira negra, creoula, hindu, macaista ou timorense. É um povo Roteiro do Mundo Português, ampliado, mais consciente de sua importancia para todos os que na primeira infancia articularam as primeiras palavras de português, lingua muitas vezes fraternalmente partilhada com tantas e tantas outras.

Creiam: Fernão Mendes Pinto, passados quatro seculos, encontrou a réplica da sua "Peregrinação".

Armando Pinto

DETRAS DAS GRADES

Conclusão da pag. anterior
estorrial que originou o falecimento de Joaquim Lemos na Casa da Morte da Inquisição do Salazar-Cerejeira, no Porto.

Aos olhos costurados e aos cuidados entupidos dos fascistas portugueses do Brasil e de Portugal parecerá muito pouco este novo invento inquisitorial da PIDE. Mas eu pergunto: Como é possível a um ser humano resistir a tão desumano tratamento, a tão monstruoso "castigo"? O suplicio da "estatua", com a total contração dos musculos, visa produzir tremendas e ensurdecedoras dores de cabeça, levar um ser humano à loucura ou reduzi-lo a cadaver. Mas não foi somente a este processo de tortura que foi submetido Joaquim Lemos de Oliveira. Acrescenta outra das cartas por mim recebidas de Portugal: "Pessoas que assistiram ao funeral observaram no morto um grave

ferimento na cabeça. Um medico que igualmente assistiu ao enterro afirmou-nos que as contusões no rosto do morto evidenciavam não tratar-se de suicidio, mas sim de assassinio brutal. A autopsia foi feita em sigilo, não sendo sequer permitido aos estudantes de medicina assistirem, como é habito. Os medicos que a realizaram foram escolhidos entre os partidarios do regime. Estes factos garantem-nos que o morto fora submetido a outros processos de tortura. O autor desta carta diz mais: "Todo o país, de Norte a Sul, está indignado com mais este assassinio da PIDE, que veio juntar mais um cadaver à lista interminavel das victimas do salazarismo".

Termino com um apelo à consciencia honrada dos homens livres do Brasil para que, sem tardança, protestem, por todos os meios legitimos, contra mais este crime da Gestapo salazarista, de modo a arrancarmos, uma vez mais, a Salazar a mascara com que ele pretende fazer-se passar por santo aos olhos do mundo civilizado.

No proximo n. nesta secção: "A verdade sobre a situação nas prisões salazaristas, por Jaime Serra".

O Movimento

Conclusão da pag. anterior
esse verdadeiro imperativo: lado a lado com todos os republicanos, lado a lado com todos aqueles portugueses que, embora monárquicos ou independentes, desejam a democratização da vida nacional. Façamos com que se constituam por todo o País Comissões largamente representativas destes objetivos comuns. Que essas Comissões tomem a seu cargo as tarefas mais urgentes:

- propaganda do recenseamento eleitoral, com a criação de postos de recenseamento, que divulguem as respectivas instruções e que estimulem o interesse da população em se recensear;
 - esclarecimento publico do interesse das proximas eleições legislativas, e divulgação ampla das diretrizes e reivindicações da Oposição salazarista;
 - escolha de candidatos a deputados nos diversos circuitos, para a elaboração de listas unicas da Oposição, capazes de aliar todos os esforços que se oponham à democratização do País;
 - todas as reivindicações contidas na presente Representação ao Presidente da Republica, e em especial: REIVINDICAR UMA AMPLA ANISTIA POLITICA E RECLAMAR AS CONDIÇÕES MINIMAS PARA UM RECENSEAMENTO AMPLO E HONESTO E PARA A SERIEDADE DO PROXIMO ATO ELEITORAL
- A Comissão Central do MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRATICO.

MAIS UMA TENTATIVA

Membros da oposição portuguesa solicitam autorização para funcionamento da Frente Nacional Liberal e Democratica

A esperança no coração do homem é como uma raiz que o arado não consegue arrancar: desde que este jornal existe temos registado sistematicamente todas as tentativas da oposição para trazer à tona de água, num movimento legal e organizado, a ansia de liberdade dos portugueses. Todas essas tentativas, provenientes dos mais variados setores do panorama politico, têm sido, não menos sistematicamente, rechaçadas pelo Estado Novo salazarista. Ainda assim, porém, os democratas do nosso país não perdem a esperança e articulam movimento após movimento, frente após frente, procurando manter aceso o facho da democracia no nosso país.

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A F. N. L. D.

Noticias de Lisboa informam que, no dia 16 do corrente, uma comissão composta pelo prestigioso General Ferreira Martins, presidente da Liga dos Combatentes e comandante do Corpo Expedicionário que combateu em França durante a guerra de 1914-18, o Professor Dr. Vieira de Almeida, Catedrático de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa e o dr. Alberto Madureira, apresentou ao Ministro do Interior um pedido de autorização para funcionamento de um movimento politico que, sob a designação de "Frente Nacional Liberal e Democratica" se propõe uma obra de reeducação do povo português nos principios da Democracia.

OS SEUS OBJETIVOS

Dos seus Estatutos constam os seguintes objetivos:
1) Promover a estreita união de todos os democraticas e liberais; 2) defender as idéias democraticas e fazer a apologia das instituições mais apropriadas para a sua realização; 3) intensificar o espirito civico e patriótico; 4) propôr soluções e reformas de sentido progressivo e democratico para os problemas e instituições nacionais; 5) intervir por todos os meios legitimos na discussão das questões, quer de interesse nacional, quer de interesse regional; 6) pugnar pelo cumprimento da Constituição e pelo desenvolvimento dos principios e conceitos democraticos nela contidos; 7) propagar os ideais da ONU e da OTAN, bem como de todas as organizações internacionais empenhadas no fortalecimento das democracias e na defesa da paz; 8) atuar permanentemente para obter a elevação da consciencia civica, aprofundando o respeito pela ordem publica e disciplina social; 9) conseguir uma ampla anistia politica; 10) obter uma lei compreensiva e justa de liberdade de pensamento, expressão e reunião; 11) pugnar pela liberdade de sufragio num plano de igualdade para todos os cidadãos e

com a possibilidade de fiscalização a todos assegurada.

A organização terá como órgãos: Um Congresso, um Comité Central, Comités Regionais (um dos quais para o Ultramar) e uma Comissão Consultiva apoiada em organismos de carater tecnico.

Embora sejamos forçados a formular as mais serias reservas quanto a uma organização politica onde venhos figurar o nome do dr. Madureira, de quem sabemos, de fonte segura, que participou do tristemente celebre grupo dos Viriatos, de apoio a Franco durante a Guerra Civil espanhola, não queremos deixar de saudar mais esta tentativa, que assim como as restantes atividades da Oposição a que neste numero fazemos referencia, — o trabalho por um recenseamento eleitoral honesto, o manifesto dos democraticas portugueses a proposito da visita da Rainha Isabel e o apelo do M.N.D. para a união de todos os opositoristas — vêm mais uma vez provar ao mundo que existe no nosso país uma fonte de correntes anti-salazaristas bem equilibradas, consciente e ordeira cuja manifestação publica e livre a ditadura só pela força consegue impedir.

Empresa Grafica CARIOCA S/A.

Confecção de livros — Impressos comerciais — Douração — Encadernação — Arte grafica em geral

ORGANIZACAO MODERNA A SERVIÇO DO COMERCIO DA INDUSTRIA E DA CULTURA

RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 225-235 FONE: 52-3319 — S. PAULO

NOTA DA REDAÇÃO

Encarregamo-nos de fornecer o livro "Terras onde se fala o português", aos nossos leitores e assinantes, enviando-o pelo Correio e sob registro, ao preço normal de 150 cruzeiros.

POESIA SEM CARIMBO...

Na primeira vintena de seu domínio, o fascismo português desprezou soberanamente a poesia. Poetas, andam nas nuvens, não nos interessam. Mas, quando um povo é diário e sistematicamente perseguido, quando seus melhores filhos são lentamente assassinados nos cárceres, há um estranho grupo humano, bem humano, que demonstra que até nas nuvens se pode fazer uma barricada.

A Censura, em Portugal, é, antes de tudo um caso triste. Lembro-me dum jovem poeta, responsável pela edição de uma revista de cultura, que apresentou, dentro do prazo marcado, os originais do próximo número, ao Censor, capitão reformado e asno. Na contra-capta da revista, cantava, convenhamos que um tanto ou quanto subrepticamente, uma bela frase de Almeida Garret, sobre a liberdade de pensamento.

— Mas, Sr. Capitão, o sr. não vai implicar precisamente com o texto de Almeida Garret, sobre a liberdade de pensamento.

— Ná, ná, ná, isti é coisa de algum comunista disfarçado.

E eis de regresso e acrubunhado, o nosso poeta. Para cumulo dos azares, as capas já tinham sido impressas. Reunião de urgência na revista. O desastre financeiro era evidente. Apareceu então um palpito, um gracejo que aborreceu alguns e a outros fez sorrir. O nosso poeta, aceitou e como último recurso. Tornou a enviar o original da capa para a Censura. Com a mesma frase, do mesmo Almeida Garret. Foi aprovada. Sucederá que Almeida Garret, tinha, deferentemente, cedido o lugar ao ilustre e nobre VISCONDE de Almeida Garret...

Durante vinte anos, puderam os poetas portugueses contornar este tipo de coação, de poesia carimbada, ao abrigo da lei que não exigia até há pouco censura previa dos livros, mas sua futura apreensão, em caso de denúncia. Foi assim que puderam surgir movimentos poéticos, espelho das aspirações populares, como o "Novo Cancioneiro". Foi assim que Carlos de Oliveira pôde incluir em seus livros, versos como estes: Nunca o fogo dos fascios nos ceou. / E esta própria tristeza não é minha: / Fl. da das lágrimas que Portugal chorou / Para fazer a maior luz que se avizinha.

Uma barricada nas nuvens. Uma preciosa e ativa barricada. Era necessário destruí-la. Veiga Leitão vê sua "Noite de Pedra" apreendida. Orlando da Costa, um jovem poeta luso-indiano, tem toda a sua obra interdita. A poesia que recusa o carimbo do "Visado pela Censura" passa a resistir, insubmissa, na gaveta dos poetas. Vai "Portugal Democrático" seu 9.º número. O tempo suficiente para que três poetas nos tenham enviado

um pouco da sua poesia sem carimbo. Acreditamos que outros não desprezarão esta oportunidade, de publicar em imprensa de língua

portuguesa, livre e legal, os poemas que, em nossa pátria, não podem desabrochar em publico.

LUIS ALVARO

CINCO POEMAS

de LUIS VEIGA LEITÃO

INCOMUNICABILIDADE

(Do livro "Noite de Pedra" de Luis Veiga Leitão. apreendido em Portugal pela Polícia Política).

Caneta, lapis, papel
e lamina de ponta de lua
um automato do bolso me tirava...
Depois a minha mão ficou nua
da vestimenta que usava.

Mas deram-se uma tinta preta
(nuvem negra dum fogo posto)
e meteram-me no tinteiro...
Na tinta, afogo as mãos, o rosto,
o meu corpo inteiro.
A força, o canto, a voz que encerra,
ninguém, ninguém pode afogar
— como as raízes da terra
e o fundo do mar.

INTERROGATORIO

— Fala! a Dor lhe grita (impuro
seu grito branco que de rastos medra)
— Nunca. Quero quebrar de corpo duro
Como as estatuas de pedra.

ARVORE

Ai a fome de uma arvore, na cela!
(Verde rapariga de verdes tranças)
Quando eu partir, hei-de voar para ela
Na alegria das aves e das crianças.
E pendurar-me nela como os frutos
sentindo bicadas na mão!
E bailar-me nela como as folhas
até beijar-lhe o chão...

PRISIONEIRO

O prisioneiro é como navio
preso ao cais.
com ferrugem de noites a fio
e redes de ferro.
Do casco que um vento negro impele
Caiu-lhe a pintura, o proprio nome.
Mas o mar está dentro dele
e não há força que o dome.

RELOGIO

Batem horas. Pancadas de posse
Martelando meu cráneo suado
Batem horas no companheiro ao lado
— um relógio de tosse.

CINCO POEMAS

de FERNANDO CORREIA DA SILVA

1 — MANTIDOS COMO ESPECIE DE CIGANOS...

Mantidos como especie de ciganos,
segregados às leis da propria vida,
recuso a morte partilhada em vida,
recuso exilar-me em meus enganos,
levar o coração à guilhotina,
trair esta esperança clandestina
que tempera a alegria dos meus anos.

2 — PRETENDEM AÇAIMAR-NOS O CORAÇÃO...

Pretendem açaimar-nos o coração,
anular as paixões que inda reagem,
reduzir a um cravo sempre murcho,
o acido escarlate da coragem.

Mas quais as cocainas dos sentidos,
na patria a cada instante fusilada,
podem deter-lhe o latejar do sangue,
seu lento mecanismo de granada?

3 — NESTE "JARDIM PLANTADO A' BEIRA-MAR"...

Neste "jardim plantado à beira-mar",
convertido em paisagem de turista,
há uma flor pisada nunca vista,
a rubra primavera inconformista
que o nosso sangue exige rebentar.

4 — AINDA POR UM RESTO DE SAUDE...

Ainda por um resto de saude,
ou antes, por saudavel atavismo,
a jovem consciencia prometida,
acesa ao santuario do fascismo,
sangra nas cinzas em que foi ardida,
em flor, o amor bravo da juventude.

5 — AOS QUE PRETENDEM VEDAR...

Aos que pretendem vedar
o virus do pensamento,
embolsar, como argumento,
uma flor agreste, dar-
lhe a covardia por sinete:
Não cabe a marca solar
no bolsinho do colete...



UM POEMA

de ANTONIO BORGES COELHO

Jovem anti-salazarista que se encontra
preso há oito meses, esperando julgamento.

Há oito meses dissemos:
Até logo!

Era uma tarde fria de Novembro,
uma tarde como qualquer outra,
gente regressando a casa do trabalho,
lancheiras, malas, rugas profundas no rosto...

(Se houvesse malas de mão
para a saudade a desventura,
não havia malas de mão que chegassem...)

Sim! Era uma tarde fria de Novembro.
Não sei se alguém sorriu
do beijo que trocamos:
— Até logo! — disseste.

Depois passaram oito meses,
os meses mais compridos que tenho encontrado.

Um electrico partia ao som dum apito,
um doido debruçava-se do muro alto dum Manicomio.

— Os pensamentos que levava comigo?
Sei que disseste:
— Até logo! e era como se levasse as tuas mãos
abertas sobre o meu peito.

§ § §

Fensava que só nas despedidas breves
por horas
se dizia: — Até logo!
como a alguém que parte
dizemos: — Boa viagem!
ou ao nosso companheiro:
— Boa sorte!

Mas já passaram oito meses,
duzentos e setenta dias,
cinco mil e quarenta horas...

Por que disseste então:
— Até logo!

Ah se eu não soubesse,
aprenderia que na minha patria
os homens, os namorados
dizem: — Até logo!
e estão meses, anos,
por vezes não voltam mais.

Fecham-nos por detrás de grades de ferro,
espancam-nos, matam-nos devagar,
e não permitem que apareçam
logo.

Amiga,
o odio que trago armazenado
destas noites de insônia e abandono
dou-o à luta.

E temos de sofrer, sofrer deveras
até que um dia — e desponha já —
os homens cantarão livres como os passaros,
os namorados beijar-se-ão sem pressa
e as palavras — até logo!
quererão dizer simplesmente
— Até logo!

Portugal na Imprensa Estrangeira

ECOS

O jornal inglês «New Statesman and Nation» publicou no dia 2 do corrente, o seguinte artigo, da autoria do seu enviado especial a Lisboa, por ocasião da visita da rainha de Inglaterra

FASCISMO EM NOME DE JESUS

Apesar dos coches riquíssimos, que acolheram a Rainha, não se pode duvidar que Portugal é um país pobre: ouvi muita gente discutir sobre se o trabalhador, dos campos ou da cidade, passaria mais fome aqui do que em Espanha... Grande parte dos camponeses ainda anda descalça. A tuberculose e outras doenças provocadas pela alimentação deficiente atingem o nível que seria de esperar. Todos nós vimos bilhetes postais mostrando robustas peixeiras com grandes canastras à cabeça e de chaile envolvendo os ombros. Cerca do Porto, as mulheres carregam grandes cargas, especialmente com produtos locais, em percursos de mais de 20 quilómetros, para ganharem uns míseros xelias. Um medico, que conhece o problema, declarou-me que estas mulheres morrem normalmente por volta dos 40 anos.

A educação elementar termina aos onze anos; a secundária ou superior destina-se apenas ao reduzidíssimo número dos que podem pagá-la. A Igreja, evidentemente, dirige os programas escolares e quem pretender uma diploma deve ter cuidado em não ler livros de filósofos célticos ou subversivos.

É certo que estes livros já não se encontram nas livrarias: mostraram-me uma lista, realmente ridícula, de livros que não podem ser vendidos em Portugal. Até inclui fábulas de La Fontaine... De vez em quando a polícia realiza incursões às livrarias para confirmar se alguns livros atentando contra a noção de política e de moralidade do Vaticano não estão sendo vendidos atrás do balcão. Tudo isto é bastante lógico, pois Portugal é, de todos os países, o mais cristão. Há certo tempo Salazar defendeu publicamente a pobreza de Portugal afirmando que Nosso Senhor dissera que a pobreza devia sempre acompanhar-nos. Na verdade, desde que tenhamos uma eternidade nos céus à nossa espera, se somos filhos fiéis da Igreja, uma vida de miséria nesta terra vale a nossa preocupação. E quanto menor for a nossa vida nesta terra, toda de atribuições e ignorância, menor é a probabilidade de cairmos no erro e de perdermos a salvação...

A censura à imprensa é rigorosa e as cartas de pessoas eminentes que escreveram ao Presidente da República protestando contra a falta de liberdade, não são tomadas em conta, nem publicadas. Os que protestam arriscam-se a serem exilados ou a sofrerem penalidades ainda piores. Contudo nos últimos anos alguns exilados importantes — entre os quais um ex-Presidente do Conselho, do período antes de Salazar — regressaram ao país. Conversei com uma pessoa que já esteve presa dezoito vezes. O habeas corpus, que figura orgulhosamente na Constituição de 1933, não preocupa muito a polícia: as pessoas presas podem ficar indefinidamente na cadeia para serem interrogadas.

Tentei saber alguma coisa acerca do julgamento de 82 estudantes, que está correndo

no Porto há vários meses. Informaram-me que o julgamento durará ainda provavelmente mais dois ou três meses. Cada réu pode apresentar 20 testemunhas de defesa. Entretanto o julgamento não deve passar de uma farsa, pois os advogados de defesa não podem interrogar as testemunhas da polícia — as quais não precisam dizer mais nada, em tribunal, do que afirmar que souberam que o prisioneiro é comunista. O único limite praticamente aceite, quanto às penas a atribuir, é a vontade das autoridades, e estas podem ser sensíveis à opinião mundial, pois não é impunemente que Portugal pertence agora às Nações Unidas. De resto, as autoridades não gostariam de ser comparadas à Espanha.

Um dos prisioneiros sobre os quais tive informações já esteve preso três vezes. A primeira, por ter posto um ramo de flores com a inscrição "Viva a Paz" no túmulo do Soldado Desconhecido. A segunda, por ter ido, com um grande grupo de amigos, ao aeroporto saudar uma senhora portuguesa que, esquecendo os conselhos da prudência, fora assistir a uma Conferência da Paz patrocinada pelos comunistas. Foram todos presos, quer compartilhassem, ou não, das ideias políticas da referida senhora. Este prisioneiro, que é estudante, vai ser agora julgado por atentado contra a segurança do Estado. A acusação que lhe fazem é apenas a seguinte: durante um interrogatório, outro estudante, acusado de ter escrito numa parede um slogan a favor da paz, mencionou o seu nome. Deve dizer-se que estes interrogatórios usam métodos totalitários, como o que consiste em manter o interrogado noites inteiras de pé, sem dormir. Um prisioneiro político suicidou-se recentemente após nove dias deste tipo de interrogatório. Não é impunemente que a polícia política de Salazar foi reorganizada durante a guerra seguindo os conselhos de Himmler.

O Governo de Salazar apresentou uma lei ao Parlamento segundo a qual desaparece uma das poucas liberdades civis restantes no país. A

Constituição de 1933 garante aos estudantes universitários o direito de formar associações e de eleger os seus próprios representantes. O governo presentemente tenta retirar esta liberdade. De futuro — a não ser que os fortes protestos dos estudantes consigam a vitória — só os dirigentes merecendo completa aprovação das autoridades poderão ser eleitos.

É um erro supor que Salazar, o aprendiz de ditador, foi sempre amigo da Inglaterra. Pelo contrário, quando Hitler julgava já ter ganho a guerra, Salazar não escondia o seu desprezo pelos Aliados. Só quando a maré mudou, é que Salazar substituiu a fotografia de Mussolini, que estava em cima da sua secretária, numa moldura de prata, por outra do Papa. Por outro lado, Salazar não demonstrava o menor desejo de ceder bases aos Aliados nos Açores. Winston Churchill (nas suas Memórias) fala da notável "paciência" de Eden sobre este ponto. Finalmente, Salazar acabou por ceder, devido à pressão dos Estados Unidos — exercida diplomaticamente através do Brasil. No princípio de guerra, os portugueses estavam proibidos de ouvir a B.B.C. e de usar emblemas favoráveis aos aliados. Por outro lado, a pesada censura à imprensa não deixava mencionar os êxitos destes.

O Governo português, como muitos outros que se chamam a si próprios "corporativos", é dirigido por uma quadrilha de grandes negociantes e de elementos oficiais. A prova mais conclusiva da verdade do que afirmamos está no caso de Henrique Galvão, que era um membro importante da Assembleia Nacional e, por outro lado, Inspetor das Colónias. Em determinada altura, Galvão fez um relatório em que apresentava um caso importante de corrupção. O Ministro não deu andamento ao relatório. Galvão teve a temeridade de se referir ao caso na Assembleia. Quando deixou de ser deputado — e num país onde existe apenas um partido, a "eleição" está nas mãos do Governo — Salazar mandou-o prender. Tudo isto se passou há seis anos e toda a gente sabe que este deputado excepcionalmente valente não será libertado tão cedo. O seu exemplo serve para desencorajar qualquer crítica parlamentar.

No próximo mês de Novembro realizar-se-ão eleições em Portugal. Não haverá candidatos da oposição e a única possibilidade de escolha consiste, portanto, em votar pelos candidatos de Salazar ou em correr o risco de votar em branco. Na verdade este existe, pois os boletins de voto são transparentes e são colocados nas urnas não pelo votante, mas pelo presidente da

mesa, que pertence ao partido oficial e que os coloca contra a luz, ao executar essa operação. O direito do voto não é automático, nem mesmo para os chefes de famílias. As pessoas têm que inscrever-se. Assim, a única forma de atividade democrática que se oferece a um português é convencer os que têm direito a voto a inscrever-se para votar. Fundou-se mesmo, com este objetivo, uma comissão de pessoas independentes. Na verdade, a sua ação não é puramente formal pois estão combatendo o mais corrosivo de todos os perigos do totalitarismo — a apatia total frente aos negócios públicos.

Apesar de tudo, se a votação for grande, aumentam as probabilidades de oposição ao governo em Lisboa e no Porto, como aconteceu na última eleição. Ninguém pode saber até onde o Governo levará o seu reconhecimento desse fato: nas últimas eleições Salazar afirmou que apenas obtivera 60% dos votos, em Lisboa, em contraste com a unanimidade virtual da votação no campo. A maior regalia que os portugueses podem desejar para 1957 é a participação de algumas pessoas independentes na supervisão das eleições...

A minha conclusão principal, acerca do caso português, é que ele ilustra precisamente o fenómeno a que chamamos "reação". E não uso esta palavra num sentido abusivo, mas numa acepção científica. O movimento liberal, que dominou o pensamento português no século XIX, foi derubado. Entre 1910, data em que terminou a autocracia real, e 1932, em que Salazar se tornou virtualmente ditador, Portugal gozou de liberdade civil. Hoje, estas não existem e só a geração mais velha sabe o que isso significa. A "reação" de que falo pode ser frustrada de muitas maneiras. O Ato Colonial de 1933, por exemplo, acabou com a tradição de tolerância racial nas colónias portuguesas da Índia e da África. Embora existissem erros na administração portuguesa da África (e os artigos de Basil Davidson, sobre Angola, publicados por este jornal em Maio de 1954, são bem lembrados pelos nossos leitores) a verdade é que podia afirmar-se, pelo menos, que não havia uma barreira racial. A passagem da condição de "províncias ultramarinas", anteriormente concedida a estes territórios, à de meras "colónias" provocou amarga oposição em Goa, muito antes de Nehru subir ao poder e protestar contra o imperialismo português (segundo me contaram o Governo de Salazar mudou agora a fraseologia imperialista, tão ofensiva, por razões táticas óbvias). O referido Ato Colonial introduziu na legislação uma barreira racial. Azorã

Embora o Governo salazarista não queira confessá-lo, existe gravíssima crise na indústria textil portuguesa: mais de 150 fabricas fecharam nos últimos meses; em muitas outras os operários estão no regime de 3 e 4 dias de trabalho. Recordar-se que a industria textil emprega em Portugal mais de 80.000 trabalhadores, que sustentam cerca de 200.000 pessoas.

—oOo—

Nível de vida do povo português: segundo as estatísticas das Nações Unidas, em 1953 um cidadão sulco comeu 50 quilos de carne por cabeça, enquanto um português consumiu apenas 15. um holandês bebeu 210 litros de leite, enquanto o português apenas 24; um dinamarquês dispõe de 26 quilos de gordura e um português só de 13.

—oOo—

Os vencimentos dos professores primários, que a República, em 1913, equiparou aos dos alferes, desceram de tal forma, com o salazarismo, que presentemente se acham estabelecidos num nível entre o soldo dos furriéis (1.200 escudos mensais, cerca de 2.710 cruzeiros) e o dos 2.000 sargentos (à volta de 1.400 escudos ou 3.200 cruzeiros).

—oOo—

Encontram-se presos em Portugal, "há mais de três anos sem julgamento", portanto em condições absolutamente ilegais, pelo menos três lutadores anti-salazaristas: Carlos Costa Maria, Angela Vidal e Rolando Verdial. O numero dos que se encontram encarcerados depois de terem expiado a pena a que o Tribunal os condenou, é bem maior.

por exemplo, os africanos não podem atingir o posto de oficiais em qualquer serviço. Tudo isto que aponto, e muito mais, foi feito imitando o nazismo. Porém, entre o nazismo e o salazarismo há uma grande diferença: Salazar age sempre em nome de Cristo. O governo português autoriza, regula e tira lucros da prostituição em grande escala, que é permitida oficialmente, mesmo quando as mulheres são muito jovens. Mas por outro lado o Governo tem o maior cuidado em evitar a corrupção da juventude e para isso proíbe certos filmes um tanto ousados. Há pouco tempo, segundo me disseram, uma moça não pôde entrar num cinema onde se exibia um filme "para mais de 16 anos". Então ela tirou da bolsa a carteira de prostituta e exclamou: "Eu posso ter esta profissão e não me permitem ver um filme para adultos?"

KINGSLEY MARTIN

Lisboa

